

política

A CHINA, PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E DIÁLOGO

*António Quinteiro Nobre **

Os chineses habituaram-se a chamar à China “o Império do Meio”, o centro à volta do qual tudo se desenvolvia tal era o poder do seu império.

A história de hoje parece querer habituar-nos a concordar com os chineses, num momento em que nomeadamente do lado Asiático se assiste a um sentimento generalizado de que, após séculos de fraqueza, a China se acha de novo no caminho da grandeza.

Hoje todos temos a noção de que a China é importante. Já o tínhamos distantemente, deste país que nos descobriu a bússola, a pólvora para canhão, o fabrico da porcelana, a seda, o papel, o chá (nome que na sua versão inglesa parece ter sido a partir das caixas em forma de “T” em que era transportado).

Mas o crescimento económico da Ásia e da China no seu centro, o evoluir de ideias e de modelos próprios de crescimento tão diversos dos nossos e eficazes, o gigantesco mercado que de *per si* a China representa, tudo nos leva a olhar para este lado do mundo com renovado interesse e a procurar parcerias de que o processo “ASEM”¹ é o último exemplo.

Para nós, portugueses, é também altura para olharmos a China com “novos olhos”, no momento em que a história nos convida a abandonar, dentro de pouco mais de 3 anos (em 20 de Dezembro de 1999), o nosso papel de potência administrante em Macau, desempenhado desde o séc. XVI (1557).

O tema escolhido para este texto² parece, assim, oportuno, e justificada a sua importância.

O interesse virá ainda de se tratar da “última grande potência co-

* Ministro Conselheiro da Embaixada de Portugal em Beijing.

¹ “ASEM” — “Asia-Europa Meeting”, encontro de diálogo Asia-Europa iniciado com a Reunião Cimeira de Bangucoque (29 Fev., 1 e 2 Março 1996), com novas etapas já previstas para 1998 em Londres e para 2000 na Correia do Sul.

² Este texto foi escrito no âmbito da preparação de Concurso no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa (Maio de 1996).

Munista”, integrada num processo evolutivo que parece querer corresponder a modelos que nenhum manual terá descrito ainda, ao menos com exactidão.

Primeiro ponto: O que é a China hoje?

— É um país de 9 600.000 km² de superfície e 1,2 biliões de habitantes (1/5 da população mundial), com a economia de mais rápido crescimento do mundo (média de 7 por cento nos últimos 14 anos) e situado na zona — Ásia/Pacífico — onde se prevê que no fim do século se venha a desenvolver metade do comércio global;

— É um país que invade os nossos mercados com uma infinidade de produtos “Made in China” (sem mesmo lhes juntar os “Made in Taiwan” e “Made in Hong Kong” e de certa maneira sucedendo mesmo a estes), e que pretende que a sua ausência da organização mundial de comércio faria desta uma organização “regional” de comércio;

— É, por outro lado, um país de grandes contrastes, de que se escreve será “a próxima superpotência”, com forças armadas num total de 3 milhões de efectivos (mais 1,2 milhões de reservistas), uma potência nuclear e espacial, que reconhece contudo oficialmente ter discrepâncias de desenvolvimento (nomeadamente entre um litoral de bolsas de grande desenvolvimento industrial e terciário — em particular nas “zonas económicas especiais”—e um interior de agricultura muitas vezes rudimentar e com carências a muitos níveis de assistência), um país com 65 milhões de pobres, 150 milhões de iletrados, 50 milhões de desempregados nas zonas urbanas e 150 milhões nas zonas rurais e uma população flutuante (sem ocupação certa e à procura dela) que alguns quantificam em perto de 80 milhões;

— É, enfim, um país de padrões culturais antiquíssimos e diversos, cultural e ideologicamente padrão importante para muitos, membro permanente do Conselho de Segurança, única potência comunista “em pleno vigor” e tendo como uma linha-mestra da sua política externa ser paladino da construção de uma nova ordem política e económica internacional mais justa e da promoção de uma paz e desenvolvimento globais (insinuando, a propósito, que tal não seria o caso da outra “velha potência mundial”, os EUA).

Segundo ponto: O que quer a China ser?

A China aproxima-se, como todos nós, do 2.º Milénio.

Enfrenta-o, economicamente, com um projecto económico a 15 anos, composto por um plano quinquenal (o nono, com aplicação de 1996 a 2000) e um “plano de desenvolvimento a longo prazo até ao ano 2010”, ambos discutidos e aprovados na recente sessão anual da Assembleia Nacional Popular.

É um projecto importante porque com ele se pretende prosseguir aquilo que a China e a sua liderança consideram mais importante neste momento: o **sucesso económico**.

Tão importante que, de certo modo, a China lhe “sacrifica”, “congelando-os”, todos os conflitos e suas ambições geopolíticas no mundo.

Se bem sucedido, mudará certamente a China (mais do que os seus líderes pensam, creio), e pelas suas consequências numa economia mundial cada vez mais interligada, mudará também o Mundo em que vivemos (o falhanço afectar-nos-ia igualmente).

É assim, importante conhecer a estratégia chinesa neste momento histórico, pela importância que tem de *per si* e ainda porque a China é modelo dos “novos países industrializados”.

Economicamente a China quer prosseguir a reestruturação económica, a abertura ao mundo exterior e o crescimento sustentado da sua economia.

A manutenção de um crescimento apropriado é o seu primeiro problema, dividida como está entre a necessidade de, por um lado, evitar o “sobreaquecimento da economia” (que não deixaria de advir da manutenção de taxas elevadas de crescimento) e de, por outro, manter um crescimento constante que lhe permita continuar a ocorrer à satisfação das necessidades mínimas de uma população sempre crescente (mais 10 por cento em 1996, prevê o 9.º plano, não obstante as medidas de controlo de nascimentos e outras).

A taxa de crescimento é, assim, fixada em 8 por cento para este ano (foi de 10,2 por cento em 95).

Mais importante do que analisar exaustivamente os objectivos e tarefas concretas que o plano se propõe (e porque o tempo de apresentação deste texto³ o não permite), é, porém detectar as mudanças do modelo de crescimento económico para que o mesmo plano aponta.

Terceiro ponto: Que mudança do modelo de crescimento económico se propõe a China?

Partindo da análise dos resultados e, à boa maneira chinesa, dos erros do período anterior, a actual liderança conclui pela necessidade de duas mudanças no modelo de crescimento económico do País:

1 — Transição de uma economia planificada tradicional para uma “economia de mercado socialista”;

2 — Maior homogeneidade de desenvolvimento e rendimentos ao longo de todo o Território.

A segunda tem a ver com a clara noção que a liderança chinesa tem da perigosidade da divisão “litoral desenvolvido — interior atrasado”, a que vem acrescer à diferença, nova na China, de riqueza-pobreza dentro da mesma região. Tais assimetrias provocam instabilidade social e fluxos internos de população que os números oficiais colocam em 30 milhões mas outros cálculos estendem até 80 milhões.

A primeira mudança proposta - transição para uma “economia de mercado socialista” — é mais importante porque mexe com o fundo do próprio sistema económico (e poderá potenciar mudanças no sistema social e político).

A constatação da liderança chinesa é esta: quarenta anos de desenvolvimento e dezassete de reforma económica (a de Deng Xiaoping)

³ Ver nota anterior.

e de abertura ao exterior levaram a um nível considerável de crescimento da economia, mas permanece um modelo de crescimento económico ultrapassado e retrógrado:

- Produtos tecnicamente atrasados e de fraca qualidade;
- Elevado consumo de recursos (impossível de manter à medida que a escala da economia aumenta);
- Baixo rendimento do capital;
- Sérias perdas e desperdícios e reduzidos proveitos económicos.

Urge, assim, abandonar a irracionalidade do modelo anterior, defende o plano, com um “segredo” que é enunciado do seguinte modo:

“Permitir ao mercado exercer a sua função básica na alocação de recursos guiada pelo macro-controlo do estado”.

O conceito-base é, assim, o de “economia de mercado socialista”:

- A economia é “de mercado”, porque de mercado é o mecanismo com que se pretende operar (o mercado como mecanismo regulador básico da actividade económica, levando à eficiência através da competição);
- A economia é “socialista”, porque há “macro-controlo” (fala-se quase sempre porém deste e não de “Estado” e este aparece escrito com minúscula).

Quarto ponto: Neste contexto de mudança, que perspectivas há de evolução e diálogo?

É preciso dizer que este desejo de mudança do modelo económico, que perspectiva a evolução chinesa próxima, é um desejo forte e efectivo da liderança chinesa, imposto pela prática (mas precisamente os chineses são um povo extremamente prático).

Este desejo é igualmente comprovado pela visão estratégica de Deng (“Um País, Dois Sistemas”) quanto ao modo de combinar as capacidades capitalistas de Hong Kong e Macau com a reforma da economia chinesa, provada que está pela prática a influência económica benéfica sobre a vizinha província de Guangdong (Cantão).

E sem deixar de ter os olhos no fim último daquela visão estratégica, que é o da reunificação com a outra parte da “Grande China”, Taiwan, de efeito benéfico igualmente já comprovado na vizinha província de Fujian e cujo impacto futuro numa China unificada pode vir a ser muito maior que o de Hong Kong e Macau.

Os parceiros internacionais da China, por seu lado, apercebem-se entretanto desta mudança, sendo particularmente importante para nós acompanhar o ponto de vista da União Europeia:

— Nas conclusões do conselho sobre a comunicação da comissão a respeito da política a longo prazo com a China (Novembro, 1995) considera-se que “a introdução de mecanismos de economia de mercado facilitará o processo de adesão da China à OMC (Organização Mundial do Comércio)”;

— A nova parceria Ásia-Europa delineada no processo “ASEM” (em que a China participa) surge baseada, entre outros, no “compromisso comum para com a economia de mercado e... (no) sistema aberto

de comércio”.

Vê-se assim que, a par da reafirmação a nível interno da via do mercado, há um comprometimento da parte chinesa a nível externo e multilateral⁴.

O diálogo poderá, pois, ser mais fácil a nível económico.

Quinto ponto: E o que poderá esperar-se da evolução a nível político?

A questão é que quando os líderes chineses⁵ falam de “mercado” estão a falar apenas de economia e não de política, sendo a sua grande teoria — e “falácia”, como alguém escreveu⁶ — a de pretenderem que a liberalização económica poderá prosseguir indefinidamente sem uma liberalização política.

Ora, na realidade, o modelo de reforma económica de Deng Xiaoping não é muito distante da fórmula da Ásia-Pacífico que fez a grandeza económica dos seus parceiros Asiáticos, mais pequenas e de sucesso — Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, mesmo a Tailândia — (sendo de certa maneira o inverso da via escolhida pela ex-URSS e seus parceiros da Europa de Leste após a queda do muro de Berlim).

A novidade do caso Chinês parece residir sobretudo na muito maior dimensão do País envolvido e no sucesso aí de um modelo que estava apenas provado em economias de mais pequena dimensão.

Atente-se que a grande motivação encontrada por Deng para justificar a sua reforma foi precisamente o contraste entre a pobreza chinesa (em grande parte cansada pelos excessos do 'grande salto em frente' — 1958/1961 — e da 'revolução cultural' — 1966/1976) e a prosperidade evidente dos seus vizinhos do sueste Asiático, diferença que frustrava em absoluto as políticas nacionais mais urgentes como fossem a recuperação de Taiwan, a competição com a URSS e a procura de influência regional (esta difícil de afirmar face a um Japão de excelente saúde económica).

O exemplo que nos é dado pelas economias mais pequenas da Ásia-Pacífico aponta, entretanto, no sentido de que o seu arranque económico acabou por trazer a prazo nesses países, por um lado tendências

⁴ O caminho da China na via da abertura económica tem-se igualmente manifestado no âmbito da “APEC”, nomeadamente na última Cimeira em Osaka — Nov. 95.

“APEC” — “Asia Pacific Economic Cooperation (Forum)”, instituído em 1989 e congregando 18 países membros (Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, China, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, EUA, Canadá, México e Chile).

⁵ Fala-se aqui de “líderes chineses” e de “liderança chinesa” num sentido lato, abrangendo nomeadamente não só a liderança política mas também os dirigentes militares.

⁶ William H. Overholt — “China, A Próxima Superpotência”, a cujo entendimento e opiniões, que julgo particularmente pertinentes, atendi em boa parte da redacção deste texto.

liberalizadoras ao nível da organização social e política e, por outro, tendências estabilizadoras ao nível estratégico e de segurança.

É interessante, a este propósito, acompanhar o aparecimento muito gradual das “pré-condições de democracia” em casos como a Coreia do Sul (veja-se o vigor com que se afirmam no processo de regeneração política em curso) e Taiwan (VD. o processo eleitoral recente -Eleições Parlamentares em Novembro de 1995 e Presidenciais de Março último).

Poderá o mesmo vir a ocorrer na China?

O tempo necessário seria certamente muito mais, os riscos muito maiores, mas muito maior seria também — permita-se-me dizê-lo — o nosso descanso!

Poder-se-ia formular como hipótese a seguinte:

Se for verdade que a reforma atraiu hoje na China um número suficiente de adeptos — como o caminho “gradualista”⁷ escolhido por Deng para a sua reforma parece permitir concluir — então talvez o processo de sucessão, que se aproxima na China com o desaparecimento natural de Deng, venha a registar uma luta que incida não sobre a direcção do processo de reforma em si mas apenas sobre a velocidade e amplitude dessa mesma reforma.

A diferença é importante porque haveria lugar a guerra civil no caso de a luta ser sobre a direcção do processo de reforma mas não se essa mesma luta viesse a ser apenas sobre a velocidade e amplitude da reforma.

Sexto ponto: Que diálogo será, assim, de estabelecer com a China?

A discussão neste momento sobre pessoas na China não é relevante.

Relevante pode ser, sim, o que nós, ocidentais — europeus, americanos —, possamos oferecer em termos de cooperação interessante aos nossos parceiros chineses e asiáticos.

Isto não é teoria ! É, por um lado, o que se proclama na declaração “ASEM” de Bangucoque, a nossa intenção de forjar uma nova parceria global “Ásia-Europa” num “diálogo reforçado numa base de igualdade, espírito de cooperação e... partilha de percepções”.

E esta cooperação tem por outro lado, um conteúdo concreto, que é o do aumento de 14 vezes o volume do comércio europeu com a China desde o início da reforma, sendo as últimas previsões da comissão europeia no sentido de que a união pode vir a ter uma quota-parte de 15 por cento do mercado chinês.

O diálogo entre as duas partes é velho de 21 anos [desde que em

⁷ A reforma de Deng foi “gradualista” no sentido de que se foi desenvolvendo sector por sector, procurando atrair várias camadas da população sucessivamente beneficiadas (a via “pós-URSS” foi por seu lado “imedialista”, querendo iniciar a reforma simultaneamente em todos os sectores de actividade económica e sócio-políticos).

1975 U.E. (União Europeia) e China estabeleceram relações diplomáticas], foi materializado em 1985 com um acordo de comércio e cooperação, tem o carácter institucionalizado de diálogo político bilateral desde Junho de 1994, que se desenrola agora a par de um diálogo “*Ad Hoc*” mais recente sobre direitos humanos, para além das participações comuns noutros “fora”, como as conferências pós-ministeriais da “ASEAN”⁸, o processo “ARE”⁹ e mesmo o pré-diálogo relativo à organização mundial de comércio.

Os EUA, por seu lado, que são parceiro geográfico do Pacífico colocado perante a Ásia pela história (a cujo desenvolvimento e estabilização militar e económica ajudaram enquanto a Europa recuperava, pelo seu lado, com a ajuda do plano Marshall), compreenderam mais depressa que os europeus a importância do que se está a passar na Ásia e de participar no seu processo de modernização sob pena de subalter-nização no jogo económico mundial.

Por outro lado, e do ponto de vista estratégico e de segurança, têm vindo repetidamente a declarar, pela voz do seu Secretário de Estado da Defesa Perry e do Secretário de Estado-Adjunto Nye, que querem com a China uma política de “Engagement” e não de confrontação, no entendimento — exacto — de que o poder e a presença da China no Pacífico está ainda em fase de formação e os resultados podem ser ainda influenciados.

Como atrás referido, a China “congelou” na realidade os seus conflitos e ambições geopolíticas no mundo face ao interesse maior da prossecução do sucesso económico.

Está neste momento em paz com todos os seus vizinhos, numa base de manutenção do “Status Quo” (o episódio recente das manobras face a Taiwan não foi de confrontação directa e não obsteu nem obsta à prossecução e aumento de uma cooperação económica fortíssima entre a ilha e o continente, correspondendo por outro lado precisamente a “um bater do pé” da parte da China por se pretender mudar o “Status Quo”¹⁰).

⁸ “ASEAN”— “Association of South-East Asian Nations”, pensado inicialmente - em 1967 - como clube capitalista usado como frente contra a expansão comunista de Hanoi e abrangendo o Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, e Tailândia, mas que, com o fim da “Guerra Fria”, também na Ásia, viria a englobar precisamente o Vietname em 1995 (total de 7 países membros até ao momento).

⁹ “ARF”— “Asean Regional Forum (On Security)”, concebido em Banguecoque, 1994, como um novo enquadramento de segurança para a Ásia-Pacífico após a “Guerra Fria” e abrangendo 18 países (os 7 da ‘ASEAN’ mais Austrália, Canadá, China, Japão, Coreia do Sul, Laos, Camboja — em 1995 — Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Rússia, EUA) e a União Europeia (total de 19 membros).

¹⁰ As recentes manobras militares chinesas ao largo da sua costa e de Taiwan parecem dever ser vistas à luz de três considerações principais:

Pequim teve o objectivo principal de impedir que a eleição de um “Presidente” por sufrágio directo e universal em Taiwan fosse recebida pelas opiniões públicas chinesa e internacional como um acontecimento em si (não teria valor por

A China é ponto-chave de ligação entre a Ásia Oriental (de N.E. e S.E.), com a Ásia Central e do Sul e não obstante o seu poderio crescente e procura de “espaço-vital” no mar do sul da China (tendências que não podem deixar de causar natural preocupação e necessidade de vigilância), a sua importância na criação de um novo ordenamento estratégico, em curso na região da Ásia-Pacífico, está bem expressa no convite que lhe é agora dirigido por americanos e sul-coreanos para “conversações quadrilaterais” sobre a situação na península coreana, na visita de Ieltsin à China e na escolha de Xangai para a Assinatura do Tratado Fronteiriço de estabelecimento de medidas de confiança entre China, Rússia, Casaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

Como disse recentemente em Hong Kong a “Special Trade Representative” americana, embaixadora Charlene Barshevsky, estamos hoje numa época em que um novo alargado conceito de segurança (não já o tradicionalmente estrito mas hoje alargado a conceitos estratégicos fundamentais como 'comércio' e 'desenvolvimento económico') oferece “a oportunidade de criar um novo sistema de relações internacionais baseado não no “medo mútuo” (o da “guerra fria”) mas na “prosperidade mútua” (de que o comércio internacional constituirá necessariamente o centro)”.

Daí a vantagem de encarar a China como parceiro e não como inimigo ou entidade estranha a rejeitar.

O exemplo de Hong Kong, de “uma certa fase de ilusões e atitudes dos britânicos e o medo, incertezas, perdas financeiras e angústia familiar provocada pelo choque de culturas”, corresponde a esta última visão e “dão uma ideia do que poderia acontecer se um ocidente que 'triunfou' sobre a URSS entrasse em confronto com uma China que está a vencer a pobreza”¹¹.

A emergência da China como principal árbitro do destino de grande parte do mundo cria uma das maiores oportunidades da história - e também um dos seus maiores riscos.

si mas deveria ser colocada na lógica do processo de reunificação, constituindo sim um elemento novo na atitude de Taiwan no processo de aproximação à Pátria);

Pequim pretendeu, por outro lado, demonstrar que se trata da eleição numa província da China (não eleição num país soberano) e que a China é uma grande potência que pode bloquear a Ilha;

Os acontecimentos corresponderão, por outro lado e ainda, à constatação de que a China atingiu a maturidade e “self-confidence” para se afirmar plenamente como Potência, e tal constituiria um “nova fase” nesta região (interpretação que se ouve amiúde em Pequim entre os representantes dos Países 'ASEAN' e justificará os receios e a atitude prudente e “low profile” dos comentários oficiais desses mesmos países sobre o assunto, e que poderia igualmente descortinar-se na assumpção pelos EUA da posição mais decidida a que se assistiu com a deslocação de dois porta-aviões para a região).

¹¹ Ponto particularmente pertinente de William H. Overholt (obra citada), cujo entendimento se segue aqui de perto.

Parece de qualquer modo mais adaptada à situação a “convergência estratégica” que encontramos por exemplo entre a parte portuguesa e a chinesa sobre Macau, o que é, aliás, reconhecido pelos chineses, que estão gratos por isso a Portugal e constitui para este um crédito no relacionamento bilateral.

A importância da China, é, aliás, acrescida pelos processos em fase final de transição de Hong Kong e Macau, de grande significado pelo que representam também no diálogo Europa-Ásia.

Esta é uma “oportunidade única de transformar Hong Kong e Macau numa placa giratória global que cruze os interesses estratégicos da China (e dos chineses capitalistas da diáspora) com os da Europa (que ali tem precisamente presença histórica) e como os dos EUA (cujo peso em Hong Kong é muito expressivo)”¹².

Tal não seria mais do que dar, afinal, corpo às declarações do Presidente em exercício da U.E. na cerimónia do 50.º Aniversário da O.N.U. ao afirmar que a “agenda mundial” ali delineada em comum com as “agendas para a paz e o desenvolvimento”— tentativa de dar resposta global aos novos desafios do mundo de hoje — “só pode ser alcançada através da cooperação — desinteressada, salienta ele — entre povos”.

É este o desejo que pensamos deveria imperar no relacionamento da Europa e do resto do mundo com a China, o único realmente proveitoso e por que vale mais a pena lutar.

Tratar-se-ia, enfim, de avançar decididamente no caminho da criação e afirmação de “uma cultura de paz — e cooperação — para a unidade dos povos”.

¹² Comentário de Jorge Nascimento Rodrigues *in* “Expresso” de 20.01.96.

